

Revista de Informação Legislativa

Brasília • ano 33 • nº 132
outubro/dezembro – 1996

Editor:

João Batista Soares de Sousa, Diretor

Da 'globalização' arcaica ao socialismo moderno

ROBERTO AMARAL

É compreensível que essa ideologia difunda-se a partir dos Estados Unidos, pois ela lhes favorece a hegemonia: soa mais elegante dizer que a Coca-cola, a CNN ou a Microsoft são empresas globais antes de serem norte-americanas, o que entretanto elas não deixam de ser. Menos compreensível é que o resto do mundo aceite tal descrição ideológica.

*Alain Touraine.
FSP, 17.7.96.*

Talvez ainda seja necessário falar da impecabilidade do socialismo – pelo menos enquanto não for realizado em plenitude –, o que, convimos, vai provavelmente suscitar muitas lutas, não necessariamente bélicas ou parabélicas, mas cruentas, ainda quando ilusoriamente pacíficas: é que, com o monopólio social da *pax americana*, vários sintomas da exploração do homem pelo homem recrudesceram.

Recrudescer o desemprego em escala universal, tanto no chamado mundo desenvolvido quanto no mundo reconhecidamente subdesenvolvido, a ponto de se estimar seu índice em 30% da força do trabalho engajado, o que está constituindo – e em crescendo – uma hecatombe permanente de trabalhadores, previamente miserabilizados.

Recrudescer o desemprego graças à convergência das políticas econômicas dominantes (recessivas) e do estágio do desenvolvimento (monopolista) capitalista, com a ideologia da 'globalização' (servidora da dominação); mas cresce também propulsionado pela ideologia da 'modernidade' que, afirmando o triunfo da sociedade de mercado, também afirma que o Estado (os países, as nações, os povos, a humanidade) deve ser administrado como um mercado, um espaço econômico e, assim, o emprego é reduzido a uma mera resultante das

Roberto Amaral é jornalista, escritor, professor universitário e vice-presidente do Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro, PSB.

decisões sobre competitividade, ainda quando o resultado da ‘modernidade’/competitividade (numa economia que transita do oligopólio para o monopólio...) seja o desemprego: “Não importam os custos sociais e ecológicos. A palavra de ordem é a competitividade a qualquer preço.”¹

As explicações para esse (dito) neodarwinismo – que pode nos colocar em face de uma ‘neobarbárie’ da qual a práxis neoliberal e a impotência crítico-propositiva são mero intróito² –, tomado como necessidade/fatalidade histórica, reduzem-se a um quadro de desespero: a humanidade, solta à mercê do lucro, gera, para os lucros que busca, um enorme contingente dos sem: sem-trabalho, sem-teto, sem-saúde, sem-instrução, *sans-papiers*, sem-dignidade, sem-cidadania, sem-descanso, sem-alimento, sem-vida, sem-sem, e como isso, na lógica do auge da burguesia, é algo natural, é algo de que ela não tem culpa, é lógico que apele para um pseudodarwinismo a fim de coonestar a exclusão de um terço da humanidade, que, entretanto, continua crescendo e multiplicando-se: é o que faz, porque, no eixo da produção de bens, só uma fração é dele beneficiária, a que reúne capacidade de atender a todos (fazendo-os “naturalmente” preservarem-se), e exclui cada vez mais crianças, jovens, adultos, velhos, protegendo concomitantemente minorias que são usufrutuárias de quantidades e qualidades hiperbólicas da produção global. Os dois pólos da tragédia burguesa – a falta de instrução e a concentração das riquezas –, construindo a exclusão dos seres humanos nos processos de viver e conviver.

Na nova humanidade globalizada, 358 milionários têm o mesmo patrimônio que 2,3 milhões de seres humanos espalhados pelos territórios subdesenvolvidos, é o que relata o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em seu Informe Anual sobre Desenvolvimento Humano. Segundo o mesmo documento, a diferença de renda *per capita* entre países industrializados e países em desenvolvimento triplicou entre 1960 e 1993, passando de US\$ 5.700 para US\$ 15.400. Pelo menos cem países são vítimas do declive ou do estancamento econômico. Assim, nos últimos

30 anos, o volume de renda de 20% das pessoas mais pobres do mundo caiu de 2% para 1,4% da renda mundial. Paralelamente, a porção dos 20% mais ricos aumentou, passando de 70% para 85% da riqueza mundial:

“Entre 1965 e 1980, duzentos milhões de pessoas viram sua renda diminuir. Entre 1980 e 1993, esse contingente aumentou para um bilhão. Em 70 países cuja economia estancou ou diminuiu, a renda média atual é inferior à dos anos 80. Em 43 casos o nível é menor do que em 1970. No período de 1990 a 1993, a renda média caiu para menos de um quinto em 21 países, essencialmente na Europa Oriental e na antiga União Soviética. Até mesmo no interior de muitos países em desenvolvimento, a diferença de renda se acentua. Na Guatemala, Panamá ou no Brasil, os ricos ganham 30 vezes mais que os pobres. (...) Nos países industrializados, as diferenças entre as maiores riquezas são observadas no Reino Unido e na Austrália, enquanto entre Japão e Canadá essas diferenças diminuem. Em termos de patrimônio, o fosso aumenta: nos Estados Unidos, o patrimônio nas mãos dos 1% mais ricos passou de 20% para 36% da riqueza nacional entre 1975-1990. (...) Se nada for feito, a extrapolação das tendências atuais levará a um mundo onde, no ano 2000, a renda dos mais pobres não superará os 325 US\$ *per capita*, enquanto a dos países industrializados aumentará para 40.000 US\$”³.

O otimismo mercadológico não tem como esconder os riscos derivados de eventuais e prováveis desarranjos da economia internacional, seja a japonesa, que está perdendo dinamismo, seja a Comunidade Européia, jungida pelas estipulações antiinflacionárias e recessivas de Maastricht, seja a escassez geral de capital e as altas taxas de juros.

É inteligente ficar, passivamente, esperando por uma nova crise mundial do capitalismo, por um novo choque como o *crack* da Bolsa de Nova York (1930), para concluir que o *boom* tonitruado pelos meios de comunicação de massa está assentado sobre uma bomba-relógio com hora certa para explodir?

¹ SACHS, Ignacy. Desordem mundial. *IstoÉ*, 21.8.96

² BRAGA, José Carlos de Souza. O espectro que ronda o capitalismo. *FSP/ Mais!*, 1 set. 1996.

³ Cf. ONU : ricos cada vez mais ricos e os pobres mais pobres. *Tribuna da Imprensa*, 12 jul. 1996.

Para alguns autores, porém, não é mais necessário esperar por um colapso como o dos anos 30:

“A perversidade da instabilidade contemporânea tem sido justamente a de, por mais de 25 anos – desde pelo menos 1971, quando o dólar deixou de ser conversível em ouro –, combinar alta especulação financeira com crescimento mínimo, coisa capaz de evitar o colapso, garantir em geral – com o apoio dos tesouros nacionais e dos bancos centrais – os lucros de todo tipo e arrebentar com a maior parte das periferias sociais e geográficas. É o espectro da globalização: nem colapso, nem desenvolvimento”⁴.

O desenvolvimento, o apelo ao desenvolvimento, as políticas de desenvolvimento, tudo isso virou *démodé* e foi arrancado do dicionário da modernidade. O consenso de Washington não fala em desenvolvimento, como não falam os teóricos de Harvard, como jamais falaram os economistas de Chicano, ou os monetaristas de Friedman, em cujas lições foram se alimentar os ‘gênios’ da Fundação Getúlio Vargas. O discurso da ‘modernidade’ é monocórdio, equilíbrio orçamentário, liquidez, reajuste. O mundo foi reduzido a contas públicas, e dele foi expulso, como penetra indesejado, o ser humano.

A nova ‘catástrofe’, anunciando uma gravíssima crise financeira, porém, já pode ser vista em alguns de seus aspectos mais notáveis: 1) a estagnação, em crescendo desde os anos 70 e lavrando entre os países desenvolvidos, estabelecendo trágico balanço em face dos ‘anos dourados’ dos anos 50-60; 2) o declínio relativo das forças monetária, industrial, comercial e fiscal dos Estados Unidos, “cujos assalariados empobreceram e deserdados se sentem do ‘sonho americano’”; 3) o desemprego estrutural na Europa e a crise da Comunidade; 4) a expectativa de desorganização em meio à recessão pós-especulação do antes organizado e exemplar capitalismo japonês; 5) a desorganização e selvageria econômica da Rússia; 6) a desindustrialização da América Latina e, finalmente, 7) a exclusão definitiva da África dos conflitos tribais de quaisquer planos civilizatórios⁵, com os riscos para a humanidade que essa aventura pode trazer em seu bojo.

⁴ BRAGA, op. cit.

⁵ Seguimos a exposição de Braga, idem.

O Brasil, segundo o BIRD, conquistou, em 1996, pelo segundo ano consecutivo, o troféu de campeão mundial da desigualdade social, disputado com Botswana, jovem país africano. De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), do Ministério do Planejamento, os 50% dos brasileiros mais pobres detinham 11,6% da renda nacional. Em 1994, os mesmos 50% detinham 10,4% da renda nacional. Apesar da pequena melhora, a situação de 1995 é pior do que em 1991, quando os 50% mais pobres detinham 13,6% da renda nacional. Também em 1995 os 20% mais ricos ficaram com 63,3% da renda nacional⁶. Em 1996, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE entre os dias 24 e 30 de setembro de 1995, revela que os 10% da população que ganham os menores salários participam com 1% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos participam com 47,1%; esses mesmos mais ricos elevaram seus rendimentos médios, no mesmo período, de R\$ 1.648 para R\$ 2.044. Contra a Constituição, 3,3 milhões de crianças entre 10 e 14 anos já trabalham, a grande maioria em condições desumanas, e todos sem escola. As mulheres percebem a metade dos salários dos homens, no exercício das mesmas funções⁷, e, só em São Paulo, o mais rico Estado da Federação, os desempregados oficiais somam 1,6 milhão⁸.

Somos igualmente o segundo país do mundo em concentração de terra: de acordo com dados do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, dois mil latifúndios ocupam uma área de cinquenta e seis milhões de hectares, equivalente a duas vezes e meia o território de São Paulo⁹.

Esses números, por óbvio, expressam-se na tragédia e na desorganização do espaço urbano, com todas as mazelas a elas inerentes.

O ‘novo’ desenvolvimento, decorrente do modelo neoliberal/globalizante, ‘moderno’,

⁶ Cf. Brasil é campeão de desigualdade social. *FSP*, 9 jul. 1996.

⁷ Cf. *Jornal do Brasil*, 06 set. 1996.

⁸ Em conferência para industriais no Estado de São Paulo, comenta Delfim Neto, ex-Ministro do ‘milagre’: “De que adiantou a abertura no setor automotivo, por exemplo, que aumentou a produção em 6% e encolheu em 20% o emprego?”. *JB*, 20 ago. 1996.

⁹ ARS, Dom Paulo Evaristo. Reforma agrária e justiça social. *Cultura Vozes*, ano 90, n.3, p. 13, maio/jun. 1996.

social-democrata, conservador – eis uma evidência –, não tem servido para melhorar as miseráveis condições de vida dos povos da América Latina. Ao contrário, verifica-se que esse ‘desenvolvimento’ não só não trouxe a melhoria das condições de vida de nossas populações, como, inclusive, tem agravado a desigualdade, no mesmo passo em que a frágil rede de proteção social que havia no Continente – construída penosamente entre os anos 30-60 – começa a ser desbaratada pelas reformas econômicas implantadas de maneira praticamente uniforme em todos os países. Concomitantemente ao desbaratamento dos serviços públicos de saúde e de seguridade social, o dismantelamento da escola pública, afastando os pobres de qualquer possibilidade de futura disputa de mercado profissional.

“As instituições equalizadoras da AL, exíguas e pobres como eram, estão sendo pouco a pouco abolidas. Assim vai-se pouco a pouco ressegregando nossas sociedades”¹⁰.

Trata-se, mesmo, de um assumido darwinismo, um neodarwinismo econômico e político, segundo o qual a disputa de mercado pelos países (e dentro de cada país pelos seus nacionais entre si) é um processo de seleção do mais forte, e por isso o capitalismo de hoje é o capitalismo de quem tem a melhor capacidade de sobreviver. A neo-semântica não fala mais nem em lei da selva, nem em imperialismo: o discurso dominante varia entre ‘modernidade’ e ‘globalização’. E para assegurar essa mercantilização da vida, para que as regras do mercado imperem da forma a mais livre possível, o Estado deve desaparecer (daí, as novas teorias que variam do Estado-mínimo ao Estado-nenhum, que variam da desregulamentação a regulamentação nenhuma): somos só um só espaço físico regido pelas leis cegas do mercado cego.

O Estado forte deve desaparecer, não pelos seus defeitos – que sempre foram manipulados contra as massas –, mas porque o Estado que pode controlar o trabalho também pode controlar o capital... Por isso o Estado social (burguês) do pós-guerra deve ser substituído pelo Estado liberal que havia sido sepultado pelas cinzas da Primeira Guerra Mundial.

Como se a história se repetisse..., o

capitalismo, vitorioso, alimentado pela ‘modernidade’, pela revolução tecnológica, pela ‘globalização’, refaz a noite dos horrores de seu nascimento...

Porque isso tudo é feito dentro da maior ‘ética’ ou ‘moral’. A imprensa qualificada já superou a ética da imprensa de denúncia, superou mas não abala a imoralidade do jogo, dos jogos, da droga, da prostituição infantil, juvenil, adulta, senil, dos expedientes, do roubo, do furto, da chantagem, das negociatas, das sonegações, das malandragens de alto e baixo coturno, porque o capital desprovido de orientação humanamente significativa, ou de um mínimo de coerção, função do Estado que o neoliberalismo forceja por destruir, é dominado pela sua lógica interna que é essencialmente destrutiva. Nela, o valor de ‘uso’ das coisas é subordinado ao seu valor de ‘troca’.

A lei da selva leva, tão-só, à violência.

O sistema capitalista, entregue às suas próprias regras, não pode reproduzir-se senão mediante crises, essa é a sua ‘ordem natural’.

Na América Latina, o reino das regras cegas do mercado (associado ao esvaziamento do Estado) deve ser lido como maior concentração – de capital, de renda, de riqueza, de informação e poder – e níveis ainda mais acentuados de pobreza e exclusão política.

É evidente que na base de tudo isso radica um processo de consolidação capitalista em escala mundial – nada obstante as crescentes desigualdades de desenvolvimento entre regiões e países – fundado, de um lado, (i) no monopólio e na concentração do capital, da produção, do consumo e do lucro, associado a um processo tecnológico que reforça a concentração e, de outro, (ii) no esvaziamento da esfera pública, compreendendo a crise da soberania popular do sistema representativo, donde o deslocamento do processo político da esfera pública para a civil e privada, para além dos Estados, para além da soberania estatal e muitas vezes para além da territorialidade.

A boa lógica diz que o mundo da globalização/mundialização, que freqüentemente põe no mesmo sítio a galinha e a raposa, estaria a exigir um Estado nacional forte, aparelhado politicamente para exercer a função essencial de regulador de mercados. No mundo, e particularmente na América Latina, porém, a globalização está sendo tecida por um sistema econômico que se universaliza a partir de suas centrais (ou núcleos), estabelecendo em todo o

¹⁰ CASTAÑEDA, Jorge. As duas faces de uma América injusta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1996. Caderno Idéias.

mundo os ideais do livre mercado, que jamais foi livre, porque contrapõe na mesma teia ricos e pobres, tecnologias avançadas e processos obsoletos, informação e desinformação, uma 'livre-concorrência' matizada pelo oligopólio, pelo monopólio, pelo *dumping*, pelos cartéis, pela política de juros, pela concentração de renda, pelas políticas governamentais, pelas políticas internacionais, pelo controle cambial, pelas taxas e sobretaxas alfandegárias, pelo protecionismo das grandes nações, pelo *marketing*, por tudo aquilo que impede um mínimo de concorrência, competitividade e disputa de iguais. Como não é possível uma sociedade 'aberta' (conquanto jamais igualitária) governando-se sem leis, a 'competição' e a 'livre-concorrência' transformam-se em metáforas de barbárie.

A globalização é, pois, antes de tudo, mais uma rotação Norte-Sul, fortalecendo o domínio dos mais ricos sobre os mais pobres, dos mais informados sobre os menos informados.

O processo de concentração/exclusão – que da economia transborda para a política, nela atingindo os meios de comunicação de massa – tem fundamentos ideológicos e está na lógica de um processo refinado de dominação centro-periferia. Mas não é tudo. A concentração é já um imperativo da essência do próprio desenvolvimento capitalista e do caráter da apropriação/acumulação condicionante/condicionada pela globalização/monopolização. Esse mesmo processo é, por seu turno, estimulado pelo desenvolvimento tecnológico, caracterizado, também ele, pela concentração e alto emprego de capital, determinante da permanente e crescente substituição de mão-de-obra. Dessa conjunção deriva uma apropriação assimétrica dos bens econômicos e, daí, culturais e políticos. O esvaziamento da política e do Estado se dá tanto no âmbito interno/nacional, quanto no âmbito internacional, na relação política nacional/política internacional, Estado periférico/Estado metropolitano, donde, nos planos nacionais internos e internacional, uma economia subalternizada, uma cultura subalternizada, uma informação subalternizada e uma política (cidadania) subalternizada.

Exatamente quando o acesso a procedimentos simbólicos (e informação) sofisticados é (seria) um imperativo atual para trabalhar e consumir, a distonia material/econômica, cultural e política entre e interclasses, intrapaíses, sociedades e nações é reforçada pelo controle metropolitano das novas tecnologias,

alienando as sociedades nacionais do processo produtivo, no primeiro plano, e do consumo, de bens materiais, de bens políticos e do exercício da cidadania, desviada da *pólis* para a sociedade civil¹¹, onde as formas de integração se operam menos por princípios ou direitos da cidadania e mais pela inserção, frágil e periférica, desnivelada e desigual no consumo.

As novas formas de organização social têm como substrato e projeto o esgotamento da política.

Como 'crise da política', no geral, tem-se identificado o esvaziamento da vida pública e da vida política, mediante o gradual processo de privatização do público e do Estado. É a outra face da falência das instituições clássicas, quando organismos extra-estatais – o grande empresariado, as grandes corporações, as multinacionais, os conglomerados dos meios de comunicação de massa, os bancos e as agências internacionais, os FMI's, os BID's etc. – passam a exercer funções públicas, desempenhando, sem limites de fronteiras, papéis antes reservados ao Estado e à política. Assim, uma das características das velhas e modernas democracias representativas, fundadas nominalmente na soberania do voto popular, passa a ser o governo de instituições constituídas à margem do sufrágio¹²...

Esse clima, por mais que se queira negá-lo, é, não o subproduto, mas o produto principal da miséria humana, aquela que é vedada à educação, à instrução, à ética, à moral, ao amor de iguais, ao intercâmbio honesto, ao desarmamento grosso e portátil, ao trato igual.

Mas tal é a miséria da filosofia, isto é, da política real, que não se trata mais de denunciar o denunciado. Trata-se ainda da defesa do socialismo, uma vez mais. Até porque o socialismo nasce dessa miséria. Por muitos decênios, o capitalismo da revolução industrial é simplesmente devastador, de homens, de mulheres, de

¹¹ Capítulo à parte, exigindo um ensaio autônomo, é a imposição, pelos Estados centrais ao mundo periférico, de leis de patentes assecuratórias de seu controle sobre tecnologia, aprofundando, ainda mais, o domínio Norte-Sul. Ver, a propósito, Saber e progresso : patentes e dominação. In : HOU-AISS, Antônio & AMARAL, Roberto. *A modernidade no Brasil*. Rio de Janeiro. Vozes, 1995.

¹² AMARAL, Robert & RONDELLI, Elizabeth. Meios de comunicação de massa e poder na América Latina : um pequeno ensaio sobre a modernidade arcaica. *Telos*, Madri, Outono de 1996.

crianças, de velhos, de recursos naturais, da natureza, do meio ambiente, da humanidade. Ele aglutina as massas cada vez mais densas e miserabilizadas em torno das fábricas; ele paga salários cada vez mais baixos, rebaixados pela lei da oferta e da procura, rebaixados pela pressão dos exércitos de reserva alimentados pelo êxodo rural e pela explosão urbana. Engels ou Dickens na Inglaterra, Villermé ou Zola na França e dezenas de tantos outros autores espalhados numa Europa em vias de industrialização descreveram aquele inferno como pioneiros de uma literatura que seria dominante em todos os países, velhos e novos, cruzados pelas tropas pioneiras do capitalismo. O socialismo nasce dessa miséria¹³.

Qual é, porém, a proposta do capitalismo para a crise do capitalismo? Reforçar as causas da crise: o liberalismo, neo ou *tout court*, qualquer que seja a palavra com que o neo-semanticismo ideológico batize as práticas político-econômicas dominantes neste final de século/milênio.

O discurso ideológico *up to date*, sob o rótulo da ‘modernidade’ (e da ‘globalização’, e da sociedade de mercado, e do livre-mercado, e da livre iniciativa, e de mais isso e mais aquilo) sequer é novo. Novedoso, é velho. Retoma as práticas e as falas do livre-cambismo do início do século, mediante o qual as grandes nações colonialistas (Inglaterra à frente) reforçaram seu domínio sobre as nações protetoradas (v.g. Portugal) e as nações-colônias de seus protetorados (v.g. Brasil).

Antiga é a internacionalização dos mercados domésticos, simplesmente hoje metamorfoseada em globalização¹⁴. No século XIX, a ‘globalização’ chamava-se livre-cambismo e a ideologia dominante era o liberalismo garantido pelas belonaves britânicas. Vítima da preeminência inglesa desde os tempos de colônia portuguesa, o Brasil se conforma em mercado consumidor dos produtos ingleses; aberto por inteiro o mercado brasileiro ao capitalismo inglês, renunciávamos por cem anos a qualquer projeto industrialista. Ao invés do protecionismo alfandegário que animou a independência norte-americana, adotávamos o ‘livre’-comércio com o império britânico protegido com tarifas privilegiadas

¹³ FOSSAERT, Robert. *L’avenir du socialisme*. Paris Stock, 1996.

¹⁴ BRAGA, op. cit.

que tornam impossível qualquer concorrência...¹⁵

Na Colônia e na Independência, os portos livres para a livre entrada dos produtos ingleses; no Império, o livre-cambismo que impossibilitaria a industrialização. Aí estão as bases da construção de uma economia capitalista dependente, na qual se descobriria o Brasil no anoitecer do século XX.

As ‘novas’ teses da ‘modernidade’ liberal, globalizada, globalizante, aceita pelas elites, tonitruada unanimemente pelas classes dominantes como novidade, sequer são novas. Déficit público, enxugamento do Estado e verdade cambial são os temas que, tomados de empréstimo ao Império, dominariam as discussões da República infante.

Desde o final do século passado que o equilíbrio orçamentário tornou-se mais importante do que um programa de geração de empregos. Mas isso é o que há de mais moderno na doutrina thatchereaganiana... Mas isso é que nos receita o catecismo do FMI, há décadas...

Ministro da Fazenda do primeiro governo republicano, Rui Barbosa receita o corte enérgico das despesas¹⁶, a eliminação das repartições inúteis, o enxugamento do funcionalismo público. O fracasso de sua reforma fiscal, o fracasso do projeto industrialista e os conflitos dentro do governo fazem-no saltar cedo do ministério. No governo Campos Sales (1898/1902), Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda, terá melhor sorte. Após concertar com os ingleses da Casa Rothschild (o FMI ainda esperaria muitos anos e duas guerras para ser criado e reinar) um acordo para a dívida externa brasileira (moratória de três anos, 10 milhões de libras esterlinas durante o período para formar um *funding-loan* a ser amortizado em dez anos, sob a garantia, dada pelo governo brasileiro, de toda a renda da alfândega do Rio de Janeiro, mais o serviço de abastecimento d’água da Capital, mais as receitas da Central do Brasil, além da queima de papel-moeda na

¹⁵ AMARAL, Roberto & BONAVIDES, Paulo. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília : Edições Técnicas do Senado Federal, 1996.

¹⁶ Na abertura de seu famoso *Relatório* como Ministro da Fazenda, escreve: “O desequilíbrio entre a receita e a despesa é a enfermidade crônica da nossa existência nacional”. *Relatório do Ministério da Fazenda*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1949. p.17. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 18, t. 2, 1891)

quantidade equivalente aos títulos da dívida depositados em Londres), pôde pôr em prática seu plano de saneamento financeiro, que consistia em aumentar os impostos e as taxas com vistas a reduzir o déficit público, paralisar os investimentos em obras públicas, reduzir as despesas, desestimular o consumo, congelar os salários e “desaquecer” a indústria. Com a recessão e o desemprego e o empobrecimento do país, consolidava-se a república oligárquica¹⁷. Qualquer semelhança com outra qualquer política econômico-financeira, em nome de um liberalismo darwinista modernizado, não será mera coincidência.

O neoliberalismo nada tem de novo. O livre-cambismo aplicado contra o Brasil já na primeira metade do século passado é o mesmo que retorna à ordem do dia, como sempre ditado como verdade universal pelas potências para exercício por todo o mundo; são ambos a mesma cartilha de procedimentos com os quais a Inglaterra desindustrializou a Índia e se enriqueceu. Até agora a nova economia aplicada ao México só tem beneficiado suas elites. O ‘milagre econômico’ mexicano – por tanto tempo apresentado por modelo a ser seguido – pode ser considerado um sucesso para os investidores estrangeiros, para o capital internacional volátil, para seus idealizadores, mas está se constituindo uma verdadeira catástrofe para seu povo, o único a pagar a conta cobrada pelo colapso do sistema. Quando os ingleses, a partir de 1793, impuseram sua colonização permanente na Índia, o experimento ‘benfeitor’ foi anunciado com uma promessa de revolução social. Com o fracasso, os investidores ingleses deixaram o país, levando porém consigo o lucro de seus investimentos; a pobreza ficou com o povo de Bengala. Tem sido assim em todo o mundo em todos os tempos. Os capitais norte-americanos que haviam construído o ‘milagre’ brasileiro dos anos 70 se retiraram do país quando a fantasia não pôde mais ser sustentada e o modelo por eles instalado passou a ser criticado, como se fôra mais um experimento de ‘socialismo de Estado’, e é o Estado social que passa a ser responsabilizado por todos os fracassos do capitalismo. O livre-cambismo, assim, não é novo nem é sincero:

“Os EUA se encaminharam para abrir seu mercado e reduzir as tarifas em

1945, pela mesma razão que os britânicos o fizeram em 1845. Mas os britânicos o fizeram apenas depois de 150 anos de protecionismo, quando eles já estavam tão à frente de todo mundo que supuseram já ser seguro abrir a economia. Mesmo então, eles exportavam 40% de seus produtos para as colônias. Por volta de 1945, os EUA já eram quase totalmente dominantes e achavam que abrir o mercado poderia ser vantajoso, então se sentiram perfeitamente à vontade para reduzir as tarifas. Em toda a sua história, os EUA sempre foram extremamente protecionistas. Mas, em 1945, parecia uma boa jogada diminuir as tarifas. Ao mesmo tempo, eles trataram de debilitar o mercado livre radicalmente ao instituir o sistema do Pentágono, que é simplesmente um sistema que joga as verbas públicas (do Estado) na indústria de alta tecnologia. E isso é uma violação radical do mercado livre. Então, tá. Nós vamos reduzir as tarifas porque esse jogo nós já ganhamos. E, enquanto isso, vamos garantir que o público continue a financiar vários setores da indústria, porque não queremos mercados livres. Bem, por volta da década de 70, os EUA já não estavam indo tão bem no comércio, então o que aconteceu? Reagan dobrou as tarifas. O governo Reagan foi mais protecionista que todos os outros governos do pós-guerra juntos. Mas, para os outros, continuava a retórica do mercado livre”¹⁸.

O socialismo está na ordem do dia há pelo menos dois mil e quinhentos anos de guerras civis, de rebeldias, de levantes, de guerrilhas, de lutas camponesas, de rebeliões escravas, de missionarismos, de malogros, de esperanças e de vitórias parciais.

No panorama atual, o socialismo invade, na prática, sob formas mais ou menos diversificadas, regiões imensas da Ásia e partes da África, buscando recuperar sociedades inteiras desmanteladas pelo capitalismo colonialista, ao mesmo tempo em que se manifesta de modo imbatível nas estruturas sociais de dominância capitalista do próprio Ocidente, em concessões que estavam sendo compelidas

¹⁷ PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da República*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1989. p.83.

¹⁸ CHOMSKY, Noam. Crítica da cumplicidade entre mídia e o poder. Entrevista ao *Jornal do Brasil*, 7 set. 1996. Caderno Idéias.

a fazer – no regime do trabalho, da saúde, da previdência, da alimentação, do lazer –, conquistas que mesmo os Estados mais reacionários são (ou eram?) compelidos a obedecer. Viu-se, a partir da Revolução Francesa e em especial da soviética, um mundo permanente de pressões e contrapressões que sustenta uma humanidade angustiada, progressivamente explorada, a principiar pela contradição ‘técnica *versus* desemprego’.

Essa contradição se exhibe de várias formas: primeiro, aceitando a premissa de que, no capitalismo, o avanço técnico substitui o trabalho humano, mas agora inevitavelmente de modo neodarwinista, isto é, expulsando os menos aptos; noutros termos, esmagando por ora um terço da força humana do trabalho como parasitária, inutilmente onerosa na formação dos custos, em suma, dispensável como trabalho e como vida. Segundo, essa contradição se concretiza pelo chamado *star system*, sistema constelar que em cada categoria profissional busca a estrela da constelação, a quem cabe 50, 100, 200 vezes mais do que aos integrantes numerosos de cada sistema enquanto não são dele alijados, de tal modo que a luta pelo grande bom êxito é o prêmio de um número cada vez menor de premiados com prêmios cada vez maiores e cada vez mais duráveis. Terceiro, o aguçamento da segunda premissa busca contrariar o avanço científico, que se transforma no que tem de mais avançado, em mais monopolizado, a fim de que sua transformação em processo técnico, em lugar de beneficiar a humanidade, atenda apenas às frações ricas, riquíssimas, criando um segundo sistema constelar, o *star custom*, a constelação do único: pela exclusividade dos criadores, dos modelos, dos produtos, os preços e produtos unitários são cada vez mais inacessíveis às mariposas e aos mariposos dessa ciranda, que, entretanto, passa a constituir o chamariz ideal do padrão de qualidade de vida da altíssima e alta burguesia, cuja contrapartida é a corrida desvairada para o comércio feminino ou masculino ou de ambos os sexos, das drogas, da prevaricação, da marginalidade alta e baixa.

As frações humanas que preenchem os quadros técnicos, avançados e estelares, exercem um domínio siderante, quando necessitam de tê-los perto de si, sobre as massas de empregadas urbanas, fontes do subemprego, do *lumpen*, da prostituição, das seguranças, dos acompanhantes, dos seres humanos substituídos, da pequena intermediação, das drogas, dos

vícios, dos expedientes e de um universo que não busca a abjeção, mas é por esta atraído sem remissão.

Estamos, no mundo, ainda longe do auge do capitalismo, que será figurado por um pan-neoliberalismo. Isto, por sua natureza, é seletivo, restritivo, expulsivo – é de sua ética: não sem razão são os G-7, e os restantes, num outro grupo, seriam G-178 a G-185, segundo o cômputo. Sem esquecer que os G-7 produzem cerca de 60% e consomem cerca de 70% dos bens e da qualidade de vida. Se os povos pobres pudessem ascender a um tal consumo, a humanidade simplesmente desapareceria da face da Terra. Aspirante a neoliberal está apto, *intra muros seus*, a realizar, entre frações suas (10, 20, 30%?), o sonhado neoliberalismo, responsabilizando-se diretamente pela opressão nacional dos restantes 90, 80, 70% excluídos.

Essa lógica destrutiva faz com que regiões inteiras sejam, de pouco em pouco, eliminadas do cenário industrial, derrotadas na corrida da produtividade presente na concorrência mundial (Robert Kurz), com notável redução do proletariado fabril, estável, e o correspondente crescimento do ‘subproletariado’ fabril e de serviços, que a nova semântica chama de ‘trabalho precarizado’, os terceirizados, subcontratados, subpagos, ‘*part-time*’, informais, camelôs... “Depois de desestruturar o Terceiro Mundo e de eliminar do mapa os países pós-capitalistas do Leste Europeu, a crise chega ao coração do sistema, produtor de mercadorias”¹⁹, gerando os conflitos interpaíses e intrapaíses, separando os países entre pobres e ricos e, dentro dos países, sejam ricos, sejam pobres, entre seus nacionais ricos cada vez mais ricos e seus nacionais pobres cada vez mais pobres e mais numerosos. O domínio, antes só derivado da guerra clássica, é modernamente alcançado, a custos baixíssimos, pela ‘globalização’, e os conflitos internacionais cedem lugar aos conflitos entre perdedores econômicos e ganhadores econômicos dentro de cada país, inclusive dentro dos países do Norte.

No plano internacional, há os que podem aproveitar-se da ‘globalização’, o Grupo dos 7 e alguns países asiáticos – enquanto todos os demais perdem, como perdem os países latino-americanos e africanos. A ‘globalização’ – e por que ela é inevitável? – favorece um certo crescimento da produção, enquanto é negativa

¹⁹ ANTUNES, Ricardo. A lógica destrutiva. *FSP*, 14 jul. 1996.

do ponto-de-vista do emprego, obrigando a busca da competitividade mediante a substituição da força de trabalho por novas tecnologias, pela associação da informática e da robótica, pela tendência ao oligopólio e ao monopólio, reduzindo o número de empresas e em cada uma aumentando a produção que, enquanto se regionaliza (no Norte), universaliza o consumo (no Sul), redividindo os países entre ricos e pobres, industrializados e agrícolas, exportadores de manufaturados e importadores de manufaturados; essa ‘globalização’ também só pode ser favorável àqueles países que dispõem de capital e podem aproveitar-se da especulação do mercado financeiro internacional; estimula o lucro e discrimina o salário; beneficia o capital e penaliza o trabalho; favorece quem tem qualificação – educacional, cultural, tecnológica, científica – e penaliza quem não a tem; ganham os credores, perdem os devedores, ganham as grandes empresas, perdem as pequenas empresas; ganham as empresas internacionais, as multinacionais, os trustes, perdem as empresas nacionais, as médias empresas, as pequenas empresas. A ‘globalização’ é concentradora e excludente, aumentando a riqueza dos países industrializados e controladores da alta tecnologia e excluindo os demais²⁰. Sem capital, sem mecanismos de proteção contra *dumping*, escorchados pela política de juros altos e câmbio engessado, a indústria nacional fica à mercê de uma concorrência predatória. Assim, por exemplo, a indústria têxtil brasileira demitiu cerca de 40 mil trabalhadores no primeiro semestre de 1996; nos últimos seis anos, 500 empresas cerraram as portas e 724 mil trabalhadores perderam o emprego no setor²¹. É a nossa versão de ‘modernidade’...

E enquanto somos submetidos a uma intensa campanha ideológica – que conta com a unanimidade da grande imprensa, a pressão dos grandes organismos, a adesão oficial dos governos –, convencendo as populações dos

²⁰ Esse crescimento está assentado, entre outros fatores, nas exportações facilitadas pela política de livre-comércio, que deixou abertos ao primeiro mundo os mercados dos países emergentes, como Índia, Rússia, Brasil, México, Turquia. Qualquer retrocesso significativo no tocante a essa política poderá transformar-se num desastre econômico e de política externa para os Estados Unidos. GARTEN, Jeffrey E. Uma política externa pró-reformas. *Gazeta Mercantil*, 9 jul. 1996.

²¹ Cf. *JB*, 20 ago. 1996.

países subdesenvolvidos da necessidade de nosso ingresso na ‘sociedade global’ (também ela uma criação ideológica) – posto que o mundo que já foi uma ‘aldeia global’ tornar-se-á, inexoravelmente, uma imensa zona de livre comércio... –, as grandes nações se guardam em práticas protecionistas, ou consagradoras de um mercado endogâmico, dos ricos entre os ricos. Concentra em favor da minoria e exclui a maioria²².

A expansão da ‘globalização’ cria mais perdedores do que ganhadores.

O que o Brasil está fazendo pedindo ingresso nessa onda?

Os países latino-americanos – México, Brasil, Argentina, Chile – estão fazendo com que suas populações paguem um preço altíssimo pela adesão de suas elites, alienadas, à fascinação pelo livre-cambismo da ‘globalização’. Ignoram essas elites, descomprometidas com o futuro de seus países – pois seus interesses são crescentemente internacionalizados –, que será impensável o futuro de qualquer de nossos países sem um projeto político de desenvolvimento econômico-tecnológico autônomo e sustentado. Ignoram essas elites que só terão condições de bom êxito aqueles países que construírem estratégias autônomas de desenvolvimento e de política industrial, cuja pedra angular é a expansão do mercado nacional. Ignoram essas elites que somente os países capazes de aliar uma atividade econômica, um projeto político e uma cultura estarão aptos a tornarem-se atores do desenvolvimento²³.

E países como o Brasil em nada podem pensar enquanto não redefinirem a miséria de sua política fundiária. Não haverá desenvolvimento

²² SACHS, Inacy. A globalização favorece o capital. *JB*, 12 ago. 1996. Na já referenciada entrevista a IstoÉ, o conhecido economista francês observa: “Por detrás deste discurso (o discurso sobre o livre-comércio), diferentes países praticam formas de protecionismo dissimulado. Embora da boca para fora estejam sempre dizendo que a intenção é abrir, os blocos econômicos se fecham ao mundo exterior. A União Européia faz o grosso do seu comércio no seu interior. Além disso é preciso lembrar que três quartos do fluxo de capitais, mercadorias e tecnologias da economia internacional se passam na tríade composta pelos Estados Unidos, Europa e Japão. Todo o resto do mundo é apenas um apêndice dessa tríade”.

²³ TOURAINE, Alain. O canto de sereia da globalização. *FSP*, 14 jul. 1996.

nem futuro enquanto a questão agrária não for resolvida entre nós.

Ao contrário do que apregoam os corifeus dessa ‘modernidade’ arcaica, país nenhum é um mercado, ou um só espaço físico. O Brasil (todo país) é uma sociedade humana e como tal algo mais que uma simples equação de custo/benefício. Só uma ordem social apartada da lógica do capital e comprometida com os grandes valores da luta pela igualdade e a justiça pode salvar a humanidade. Esses são os valores do socialismo, do socialismo científico e do socialismo utópico, do socialismo possível e do socialismo necessário, do socialismo urgente. O socialismo revolucionário – porque pretende mudar radicalmente os processos produtivos – que, retomado doutrinariamente, será construído na prática diária, combinando a sua luta por valores com objetivos concretos do embate social objetivo, cotidiano, num enfrentamento político diuturno e permanente do capitalismo, aprofundando o processo democrático, aprofundando a organização social, aprofundando e politizando a luta social, resistindo ideologicamente, resistindo politicamente, resistindo em todas as frentes do embate.

A estratégia, como sempre, envolve tática.

A *débâcle* nos ensinou a todos a necessidade

de, mantida a estratégia – e aí está a necessidade de recolocar nossos paradigmas –, rever as táticas e as políticas de aliança. Identificado o grande adversário, é preciso igualmente identificar as vítimas comuns e os aliados potenciais, procurando principalmente aqueles que não estão sob nossa bandeira e na mesma trincheira, e rompendo os preconceitos raciais e culturais e religiosos. É preciso ter coragem para entender que nossos aliados não estão no Primeiro Mundo, mas nas massas dos excluídos de todo o mundo, principalmente na América Latina, na África e na Ásia. A história no quadro atual da luta social está a exigir a organização de uma nova Internacional Socialista, que nada tem que ver com os projetos da social-democracia européia.

O desafio presente do socialismo revolucionário não é mais, tão-só, apontar para o futuro do mundo socialista, prometendo para um amanhã fugaz como a imagem do horizonte o regime da igualdade social. O cenário da luta revolucionária contemporânea é o próprio interior do sistema capitalista; sua luta se efetivará na resistência política, ideológica e objetiva ao neoliberalismo e será construída pela soma dos avanços das grandes e pequenas lutas travadas no dia-a-dia.